



GUILHERME CASTRO [FOTO]

# Vamos falar de cotas trans?

Só 2 em cada 10 mil pessoas trans estão no ensino superior. Reserva de vagas já existe em outras universidades **p. 7**

## EM PAUTA

### Violência nas escolas

Como o ambiente digital atua na disseminação do ódio entre jovens **p.3**

## UNIVERSIDADE

### O destino do superávit da USP

Universidade tem mais de R\$ 5 bilhões em caixa; alunos e professores falam em “desmonte” **p.8 e 9**

## CULTURA

### Tiktokers da USP

Quem são os alunos que fazem sucesso no aplicativo de vídeos curtos **p.12**

## EM PAUTA

### Falta de professores

Obstetrícia e Letras sofrem com problemas estruturais **p.4**

## ENTREVISTA

### “Na USP entendi a política”

Sâmia Bomfim, deputada federal e ex-aluna da USP, fala sobre sua trajetória no Legislativo **p.5**

Nesta edição: suplemento **claro!**





## O que esperamos de um jornal?

ISABELA SOUZA XAVIER DA SILVA E WELLINGTON BORGES COSTA - ALUNOS DE EDUCOMUNICAÇÃO DA ECA/USP

### EDITORIAL

## Para onde vamos?

Entrar na faculdade é uma grande conquista, sonhamos e lutamos muito para garantir nossa vaga no vestibular. A ideia é que seja o início de um caminho para garantir uma vida melhor. Assim, ao entrar pelos portões da Universidade de São Paulo, estudantes esperam encontrar um caminho para conquistar o futuro que almejam. A instituição é um símbolo de esperança, reforçado por todas as inovações que vemos nos noticiários: pesquisas inéditas que mudam desde as ciências exatas e biológicas até as humanas, alterando a forma como lidamos com o cotidiano. Porém, quem tem a oportunidade de viver a USP sabe que ainda há muitos retrocessos.

Entre institutos que utilizam Inteligência Artificial, como explica uma das matérias que compõem essa edição, também lidamos com dificuldades que não fazem parte do futuro que queremos: falta de acessibilidade para alunos neurodivergentes, empecilhos para que pessoas trans também possam estar na universidade, falta de professores e sucateamento de cursos importantes para a formação de profissionais qualificados. A USP oferece muito, mas é necessário olhar para o que ainda falta na instituição. A faculdade passou a adotar cotas raciais apenas em 2018 e, apesar de já ser possível ver o impacto desse avanço nas salas de aula, é preciso se perguntar: por que a Universidade de São Paulo, a maior do Brasil e da América Latina, demorou tanto para adotar uma política mais diversa? E quanto tempo precisaremos esperar para que a faculdade se torne um ambiente, verdadeiramente, plural?

Por isso, nesta 534ª edição, o intuito é trazer esse contraste entre o que a universidade é e o que pode ser. Assim, mostramos que, mesmo com tantos avanços, a USP ainda reflete problemas históricos da nossa sociedade. Nela, ainda há dificuldades dos discentes em ser e estar na USP. Como vimos na edição anterior, não basta passar no vestibular, é necessário ficar. Para isso, precisamos analisar que, enquanto a universidade oferece terapia a baixo custo para a população, ela não remunera esses profissionais – e também negligencia as mães que precisam de auxílio e moradia para continuar seus estudos. Enquanto acumula um superávit, possui cursos correndo o risco de deixarem de existir por falta de professores. Para entender como construir uma universidade que permita a permanência, precisamos questionar: qual é o futuro que queremos para a USP?

A primeira passada de olhos pelo Jornal do Campus não deixa dúvidas. É um jornal. Ali estão todas as tradicionais editoriais. Nas últimas páginas, as notícias de cultura antecedidas pela página de esportes. Com a pauta de insegurança, a polícia armada no campus rende a indignação e abertura de debates, assim como a ótima reportagem sobre antitabagismo contemplando a área de saúde. Mas este não é um jornal para simplesmente se folhear.

Em uma análise mais profunda, é a leitura do editorial que apresenta o principal aspecto da edição: um evidente eixo que costura as páginas em um denominador comum. Fio que nos conduz ao longo do texto, com quatro fundamentos desta 533ª edição: acesso, diversidade, permanência e vivência, com as contradições de “ser e estar uspiano” (em homenagem à língua portuguesa, que distingue os dois verbos, para além do to be). A escolha de um fio condutor para toda a edição é interessante, o que deixa expectativa para as próximas edições. E com essa expectativa, consideram-se também algumas observações sensoriais, de leitores que se dedicaram a experienciar a última edição.

Não se esperam somente elogios da coluna de Ombudsman. A crônica que encerra a edição, articulada ao editorial de abertura, é feliz na síntese, mas deixa a desejar como crônica pelo final feliz forçado da narrativa.

O jornal, com olhares voltados para editoração e design, tem dentro de seu corpo um problema de comunicação visual. Defeitos de diagramação recorrentes confundem o leitor entre matérias. A tipografia – escolha do formato, da cor e do tamanho das letras – atende à fluidez de leitura, mas sua variação excessiva também constrói uma incongruência que atrapalha a visualização dos textos. Além do visual, há um problema semântico na matéria “Na Eca, carreiras ilustres são todas brancas”. A ambiguidade pode ser lida como uma afirmação, diferente do que realmente discute o texto. Essa situação não pode ocorrer no jornalismo, pois a palavra, além de ter peso e poder, não pode deixar margem para diversas leituras.

Outro ponto observado em “Para além do futebol, basquete e vôlei ...”, que se propõe a tratar da variedade de esportes e modalidades diferentes, mas deixa a desejar ao responder às perguntas sobre o que são esses esportes incomuns. E no caso do Cinsup, a resenha instigante também leva à frustração por ser um evento que antecede a publicação.

Mas fazer é, no fim, o mais importante. E o jornal, assim como a equipe, estão de parabéns. E para você, leitor, que quer integrar este Ombudsman, venha fazer parte do nosso Conselho de Leitores. Envie um email para [tbrianezi@usp.br](mailto:tbrianezi@usp.br).

### HUMOR

REDAÇÃO

#### GRAVE: MOVIMENTO SEPARATISTA NA USP

Depois que alunos da FEA-USP trouxeram o ex-presidente Michel Temer para palestrar em evento, uspianos sugerem no Twitter a separação entre o instituto e o restante do campus. Existem também alegações de privatização de mesas de sinuca.



#### SIGA E PARTICIPE!



/jornaldocampus

JORNAL DO  
**CAMPUS**

## ▶ RADICALIZAÇÃO

# “A escola não é o alvo da violência, e sim os indivíduos que estão lá”

Para especialistas, redes digitais favorecem ódio contra grupos em que os adolescentes vivem

MAVI FARIA [ REPORTAGEM ]

Misantropia: ódio pela humanidade; falta de sociabilidade. A definição do dicionário, apesar de simples, abrange um sentimento que tem motivado a maioria dos ataques contra outra pessoa, como pontua a pesquisadora do Monitor do Debate Político no Meio Digital da USP, Michele Prado. Ela leva em consideração o cenário atual, em especial no âmbito escolar.

A discussão estourou após o atentado que levou à morte de uma professora e quatro feridos na Vila Sônia, São Paulo, no dia 27 de março. O caso foi cometido por um aluno de 13 anos que portava uma faca.

Nove dias depois, um novo atentado, em Blumenau, Santa Catarina, em uma creche. Um homem de 25 anos causou a morte de quatro crianças e deixou cinco feridas. As reações que se seguiram aos dois atentados foram ampliadas pelo medo de uma nova onda de violência no dia 20 de abril, em que o massacre de Columbine, nos Estados Unidos, completaria 24 anos.

Embora esteja sendo o foco da discussão, Michele explica que “escola não é o alvo da violência, e sim os indivíduos que estão lá. As primeiras relações de comunidade que os jovens possuem são na família e na escola, então aqueles que formam esta comunidade entram na mira”. Por isso, nada impede que o foco recaia sobre outros coletivos pelos quais crianças e adolescentes circulam, como grupos religiosos ou esportivos.

Para a pesquisadora, a misantropia, apesar de resumir e caracterizar o cerne da motivação, não é o único fator. Sozinha, não consegue explicar uma situação complexa e nova no país. A palavra para o que vem acontecendo com eles é a autorradicalização online, que leva o indivíduo ao extremismo, processo que vem sendo monitorado por Michele desde 2021 em plataformas digitais.

“Há, entre crianças e adolescentes que se auto-radicalizam pela internet, desde aqueles com uma misantropia, que é a principal característica entre os extremistas de hoje, até aqueles que a juntam ao antissemitismo,

à extrema direita ideológica, ao neonazismo, ao neofascismo e ao negacionismo”, pontua.

Por isso, Michele ecoa outros especialistas a comparar o extremismo dos dias de hoje a um buffet de saladas: “o jovem, nas redes, é exposto a uma gama de conteúdos diversos, tanto ideológicos, inspiracionais, quanto instrucionais de como efetivamente produzir um atentado. Eles vão se aliando ao que se sentem relacionados e à medida que suas queixas, como bullying, violência doméstica e rejeição feminina, são atendidas”.

Exemplo prático: o jovem de 18 anos que invadiu sua escola no ano passado, em Vitória, portando uma balestra, facas e coquetéis molotov, o de Aracruz, de 16 anos, também no Espírito Santo, que causou quatro mortes com arma de fogo e o do Amazonas, que deixou três feridos por arma branca, estavam conversando entre si e com aderência ao neonazismo. O processo de radicalização funciona de forma única para cada indivíduo e, à medida que consomem esses conteúdos, perdem a sensibilidade perante a violência. Michele diz que é comum, nessas plataformas, o culto a cenas de violência explícitas, envolvendo automutilação e decapitação, por exemplo.

Mas o desenvolvimento da radicalização até o ato da violência é longo e raro, explica a pesquisadora. “Uma minoria de pessoas chega a cometer um atentado. A maioria passa anos sendo radicalizada e nunca comete o ato de extremismo violento”.

Ressaltar como a escola ainda é uma comunidade segura é um ponto fundamental no debate, afirma Veridiana Campos pesquisadora do Projeto Observatório de Direitos Humanos em Escolas (PODHE) do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP. “Temos milhares de escolas no Brasil; aconteceu esse fato em uma aqui e outra ali. Mas precisamos lembrar que, em termos práticos, o número de escolas que ocorreu ou que eventualmente vai haver uma coisa dessa vai ser muito baixo”, pontua.

Essa linha de raciocínio, para Veridiana, é necessária tanto

para as escolas, quanto para os pais, para que não deixem se levar pelo medo. Em 20 de abril, por exemplo, embora Michele tenha confirmado por meio de evidências nos canais extremistas a intenção de um massacre, as redes foram tomadas por notícias falsas que produziram o caos. Essa técnica de confundir as pessoas e as autoridades com alertas falsos é operada por esses jovens.

O movimento de combate e prevenção da radicalização online é lento, mas, para Veridiana, a discussão é um começo essencial. Principalmente porque, como Michele lembra, a violência não é a única consequência. “Tem muito adolescente com transtorno alimentar, idealização suicida, transtorno de personalidade e outras questões que ou surgiram, ou pioraram com a radicalização”.

A ainda escassa rede de pesquisas nacionais sobre o tema não deve ser um empecilho para encontrar uma solução. Michele, em contato com pesquisadores internacionais, compartilhou com o Jornal do Campus um guia feito pela Southern Poverty Law Center para pais e professores sobre a radicalização online. Você pode conferir o documento completo no site do JC.

“**O jovem, nas redes, é exposto a uma gama de conteúdos diversos, tanto ideológicos, inspiracionais, quanto instrucionais de como efetivamente produzir um atentado**”

Michele Prado, pesquisadora do Debate Político no Meio Digital da USP

## ▶ EDUCAÇÃO

# “Colapso”, “desmonte”, “calamidade”: Falta de docentes põe curso de Letras em crise

Professores e alunos se unem para denunciar situação que pode levar ao fim de habilitações exclusivas no país

DAMARIS LOPES E PEDRO FAGUNDES  
[REPORTAGEM]

“O curso de Letras está simplesmente colapsando”, afirma o professor Adrián Pablo Fanjul ao expor a mesma adversidade que o bacharelado em Obstetrícia vem enfrentando: a falta de docentes. O problema não é exclusivo e muito menos novo, mas piora gradativamente. “De 2014 a 2023, a USP perdeu cerca de 14% do corpo docente. Mas o curso de Letras teve uma redução de 25%. Algumas áreas, como o departamento que eu chefo, perdeu 34,7% dos professores”, aponta Fanjul, que também é chefe do Departamento de Letras Modernas.

Os dados apresentados pelo professor mostram-se ainda mais preocupantes por se tratar do curso da USP com o maior número de ingressantes por ano. Só em 2023, foram 900 calouros. O Departamento de Letras Modernas abarca as línguas estrangeiras

mais buscadas pelos estudantes, como inglês, espanhol, francês e alemão. Se não há professores lecionando determinadas matérias obrigatórias, os alunos não podem receber o diploma.

A situação se agravou por uma combinação de fatores. Fanjul explica: “Iniciamos o ano letivo de 2023 sem novos docentes, pois a reitoria segurou as contratações. Por outra parte, mudou a lei estadual em relação à contratação de professores temporários”.

Sobre o segundo ponto, ele detalha: “A Letras e talvez outros cursos da Universidade não tinham colapsado até 2023 porque a reitoria utilizava o recurso do professor temporário como um modo para não contratar docentes. Mas agora, pela lei, você só pode contratar temporários quando realmente há uma necessidade temporária”, afirma, referindo-se a ocorrências como licenças médicas. Quando o que existe é um claro docente – ou



Cadeira em protesto à falta de professores no prédio da Letras

seja, a falta permanente de um professor para uma disciplina –, só abrindo concurso.

A percepção dos estudantes converge com as críticas do professor. Mandi Coelho, aluna de Letras, da habilitação russo-português, define o cenário do Instituto com a palavra “desmonte”. Neste semestre, por exemplo, Mandi deixou de cumprir metade da carga horária prevista, em decorrência do afastamento de um único professor. “Estamos diante de uma calamidade. Sem o apoio da reitoria, testemunharemos o fim de habilitações”. Esse é o caso do coreano, bacharelado oferecido apenas pela USP em todo o Brasil, que conta, hoje, com somente um docente.

Sobre a rotação de professores substitutos, Mandi descreve como “ineficiente e efêmera”. Segundo a estudante, transformar essa modalidade de contratação em algo padronizado destrói a carreira docente e pre-

cariza a instituição pública, por conta da brevidade do cargo e os baixíssimos salários. “Um atentado contra o próprio caráter formador do curso.”

Em luta por essa bandeira, o Centro Acadêmico de Estudos Linguísticos e Literários Oswald de Andrade (Caell) organizou uma paralisação, no dia 10 de maio (quarta-feira), que reuniu discentes e docentes do curso de Letras para marchar até a porta da Reitoria.

O Caell também divulgou em seu Instagram três vídeos apresentando o panorama de queda no número de professores dos departamentos de Letras Orientais, Modernas e Linguística. Juntas, as publicações somam mais de 23 mil visualizações. “A conjuntura é complexa. Somos cinco repartições vastas, com maiores ou menores urgências. Falta, portanto, homogeneizar a demanda e mobilizar o corpo estudantil”, finaliza Mandi.

## Única no país, Obstetrícia na USP está ameaçada

Bacharelado pioneiro e ligado à saúde da mulher sofre com escassez de docentes e falta de supervisão de estágios

BEATRIZ FERREIRA E GUILHERME BENTO  
[REPORTAGEM]

O início do ano foi marcado por lutas para o curso de bacharelado em Obstetrícia, localizado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), o campus leste da USP. A falta de professores e o seu impacto nos estágios obrigatórios marcaram, já em 23 de março, uma mobilização do corpo discente em frente à reitoria.

O curso tem histórico de falta de um corpo docente que atenda à demanda, conforme relata Eduarda Rodrigues, estudante e membro da representação discente de Obstetrícia. Os estudantes iniciaram os estudos em 2023 sem a certeza de realizar seus estágios no segundo semestre após a saída de professores temporários.

O curso oferece, a partir do sexto semestre, quatro estágios obrigatórios no campo prático. O

problema é que eles demandam supervisão direta de docentes com formação acadêmica específica em Enfermagem ou Obstetrícia, – exigência do Conselho Profissional de Enfermagem para a prática clínica –, diz a Coordenação do Curso de Obstetrícia em nota ao JC.

Além disso, os Hospitais Públicos e Unidades Básicas de Saúde (UBS) utilizados como campo de estágio aceitam grupos de 5 a 8 alunos por estágio. De acordo com a coordenação do curso, duas turmas de 60 alunos realizam o estágio a cada semestre sendo, então, necessários até 24 professores para o acompanhamento dos estudantes.

Até dezembro de 2022, o curso contava com 12 docentes neste eixo específico. Cada um cumpriu em média 16 horas semanais de supervisão de estágio, somadas à carga horária de aulas teóricas e às atividades de



Protestos em frente ao prédio da reitoria, no Campus Butantã

pesquisa e extensão. Havia, ainda, oito docentes temporários, diz a coordenação.

Com a não prorrogação dos contratos de temporários para 2023 e a aposentadoria de dois docentes, o curso de Obstetrícia iniciou o primeiro semestre de 2023 com apenas dez professores. Eles cumprem até 24 horas semanais entre a supervisão obrigatória dos estágios e a teoria de diversas disciplinas, além de atividades de pesquisa e extensão previstas na carreira docente da USP, completa.

Impactos se estendem à grade curricular, que oferece menos aulas práticas aos estudantes na rede pública de saúde. O período ideal do curso também foi alterado: aumentou de quatro e meio para cinco anos e meio devido à paralisação dos estágios na pandemia e a falta de professores para tirar o atraso, completa Eduarda.

A USP é a única instituição a oferecer o curso de Obstetrícia, que forma a obstetritz, profissional capacitada para realizar, de maneira humanizada, o parto normal de baixo risco e o acompanhamento pré-natal. Já o enfermeiro obstetra faz graduação em Enfermagem e pós-graduação em Obstetrícia e pode atuar na pediatria. O obstetra é o médico que faz residência em Ginecologia e Obstetrícia e pode ainda realizar partos cesárea e fórceps.

“É preocupante a situação do curso de Obstetrícia da Universidade de São Paulo. A falta de profissionais capacitados para partos que valorizem a saúde da mulher e do recém-nascido é alarmante em um país onde o atendimento obstétrico já é violento”, afirma Nathália Martins de Faria, enfermeira obstetra pela Faculdade Albert Einstein, que atende partos hospitalares de forma autônoma há 4 anos.

## ▶ POLÍTICA

# SÂMIA BOMFIM: “FOI NA USP QUE COMECEI A ENTENDER O QUE ERA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA”

Militante na defesa dos direitos das mulheres, ex-aluna da USP se reelegeu para a Câmara Federal com 226 mil votos

GABRIELE KOGA E MURILLO CÉSAR ALVES  
[REPORTAGEM]

Há uma forma certa para se “fazer política”? Para Sâmia Bomfim (PSOL), deputada federal, “a vida real guia a atuação de seu mandato”. A cada duas semanas, a parlamentar deixa seus afazeres no Congresso Nacional, em Brasília, e retorna a suas raízes na militância, em São Paulo.

Entre os bairros da Pompeia, Barra Funda e Água Branca, na Zona Oeste, Sâmia trabalha em um modesto sobrado amarelo. Típica construção do século 19, a Casa das Mulheres é um espaço para ensino e debate, abrigando movimentos da esquerda brasileira. No local, há referências à

vereadora Marielle Franco, voz ressonante pelos direitos humanos, assassinada em 2018, à Rosa Luxemburgo, fundadora do Partido Social-Democrata da Alemanha, e obras dos teóricos Karl Marx e Friedrich Hegel.

Em seu escritório, as palavras “futuro” e “coragem” em papéis coloridos fazem referências à sua trajetória. Natural de Presidente Prudente, interior paulista, Sâmia se mudou para a capital em 2007 e iniciou sua vida política durante a graduação em Letras, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP.

Nesta entrevista ao JC, a deputada relembra sua passagem como aluna na USP, as dificuldades em ser mulher e mãe no ce-

nário político e detalha expectativas do seu futuro profissional.

**JC: Sâmia, hoje você é uma das principais lideranças do Brasil. Em qual momento iniciou seu contato com a política?**

**Sâmia:** Eu me identificava como alguém de esquerda no Ensino Médio, mas não tinha tanta clareza do significado. Foi na USP que comecei a entender o que era a participação política. Antes, eram concepções criadas a partir de leituras de vida. Tinha 17 anos quando vim para estudar e trabalhar, mas me encantei pela política na Universidade. Conheci um mundo que, na minha realidade, não tinha possibilidade de conhecer.

**JC: E quando você percebeu que era o momento de avançar além dos movimentos da USP?**

**Sâmia:** Em 2011, quase no final da graduação, me filiei ao PSOL, porque achei que a militância universitária tinha que ser expandida. Depois, participei do movimento de trabalhadoras da USP, já que sou servidora licenciada e, então, tive a tarefa feminista de articular coletivos. Toquei essa pauta no setorial de mulheres do PSOL e me elegi como vereadora em 2016.

**JC: Quando se lançou como candidata à Câmara dos Vereadores, quais foram os desafios?**

**Sâmia:** A primeira campanha foi sem um tostão. Eu bati na porta dos meus professores para passar o chapéu e pedir ajuda. Naquele tempo, ninguém me viu na televisão. Fui a menos votada dos vereadores e cheguei lá. Hoje, tenho mais estrutura e sou mais conhecida. Na época, wisso era um em um milhão. Não tinha grandes poderes, mas tive uma equipe que batalhou pela ‘brecha da brecha’.

**JC: Você, recentemente, se tornou “mãe de primeira viagem”. Como é conciliar o trabalho com os cuidados com o Hugo?**

**Sâmia:** Com o meu trabalho e do meu marido [o também deputado federal Glauber Braga] na Câmara, a gente se reveza para cuidar dele. Às vezes, o Hugo vem para São Paulo, outras fica em Brasília. Começamos a criar

um planejamento melhor neste ano, porque no ano eleitoral é difícil ficar longe de São Paulo.

**JC: Quais experiências o nascimento do Hugo trouxe?**

**Sâmia:** Eu tinha uma necessidade política de estar aqui presente na base. Sempre gostei de fazer política assim: olho no olho, pé no chão. O que guia a atuação do nosso mandato é a vida real. Tudo isso me faz refletir sobre a realidade da mulher-mãe no mundo do trabalho. Hoje, falo com condição financeira para me organizar e que, com exceção das sessões fixas e comissões, consigo isso, mas nem todo mundo é assim. A realidade da mãe trabalhadora é que metade sai do mercado de trabalho e, um ano depois de ter filho, a maioria não tem vaga na creche. O trabalho não está preparado para isso e a política também não tem estrutura. Nós temos sessão até de madrugada. Muitas mães estão na política e desistem.

**JC: Em 2020, você foi pré-candidata do PSOL à prefeitura da cidade, já como deputada em Brasília. Pensa em se lançar como opção para 2024?**

**Sâmia:** Não por ora. O Guilherme Boulos está em um momento forte e consolidado. É o melhor nome para as eleições. A vitória é provável, caso consiga apoio do PT em sua chapa, mas acredito que o partido queira lançar sua própria candidatura ao executivo. O mais importante é construir um contraponto ao Ricardo Nunes. A gestão é ruim. Vou fazer de tudo para que o Boulos seja eleito.

**JC: Quando você relembra sua caminhada, qual a lição que fica?**

**Sâmia:** Eu não achei que fosse virar deputada federal. Queria ser professora e seguir a carreira acadêmica. É muito doído quando me dou conta, porque foi muito rápido. Tenho a responsabilidade, como mulher jovem, de puxar outras mulheres para a política, caso tenham disposição. A nossa presença na política faz temas cotidianos terem mais representação.

“Sempre gostei de fazer política assim: olho no olho, pé no chão”

Sâmia Bomfim,  
deputada federal



Sâmia foi a terceira deputada federal mais votada do PSOL-SP

## ▶ INCLUSÃO

# Neurodivergentes: “A Universidade espera que a gente se adapte ao padrão”

Estudantes com TDAH, autismo e dislexia relatam dificuldades com falta de apoio psicológico na instituição

GABRIELA LIMA [REPORTAGEM]

Amana Dultra está repetindo em Imunologia. Não é por falta de interesse, ela demonstra saber bastante sobre o assunto enquanto fala. O problema é que Amana não consegue sair de casa para fazer a prova. As luzes e os barulhos da sala de aula são demais, até mesmo o formato da prova não faz sentido para ela.

Aos 30 anos, Amana foi diagnosticada com autismo. Os sintomas a acompanharam a vida inteira, mas ela viveu um grande período de masking – uma estratégia na qual autistas escondem seus traços de maneira consciente ou inconsciente. Baiana, Amana se mudou para São Paulo para fazer Nutrição na Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP).

Amana faz parte de um pequeno grupo de pessoas neurodivergentes que estudam na USP – a Universidade não produz estatísticas sobre o tema. O termo “neurodivergente” veio da sociologia e ganhou mais reconhecimento nas redes sociais.

Quando se fala de neurodiversidade, Táhcita Mizael, pós-doutoranda em psicologia pela University of South Australia, imagina uma curva de distribuição populacional em forma de sino. “Temos a população que está dentro da curva maior, que são as populações com o desenvolvimento cerebral considerado normal. As pessoas neurodivergentes têm um desenvolvimento fora da curva, diferente da maioria”, explica. Incluem-se nessa categoria indivíduos com autismo, dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção-Hiperatividade (TDAH), síndrome de Tourette e Transtorno obsessivo-compulsivo (TOC).

Há uma visão estigmatizada de que essas pessoas não chegam ao ensino superior ou não são capazes de passar em um vestibular como ENEM e a Fuvest, os principais meios para entrar na USP.

Carolina tem 18 anos, fez a Fuvest em 2021 e hoje cursa Jornalismo. Ela foi diagnosticada aos 14 anos com TDAH. “É muito complicado para mim fazer esse tipo de prova que dura muito tempo”.

No vestibular, Carolina usou os três serviços oferecidos para candidatos disléxicos – 20% a mais de tempo extra para realizar a prova, uma sala separada e uma acompanhante que lia as questões para ela. “Talvez eu não estivesse estudando na USP agora, se não tivesse esse atendimento especial”.

## ELES ESTÃO NA USP

O fato é que, apesar da barreira do vestibular, os alunos neurodivergentes existem na USP. Não há dados sobre quantas pessoas com essas condições estudam na universidade. Procurados pelo JC, a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento – que, em teoria, cuida desses alunos – não se pronunciou até o momento da publicação da matéria sobre a existência de dados ou programas voltados para alunos com neurodivergência.

“Você percebe que eles [a Universidade] esperam que a gente se adapte ao padrão”, afirma Gabriel Ferraz, estudante de Economia na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA). Assim como Carolina, ele possui TDAH e dislexia.

Nos corredores da FEA, ele nota que a maioria dos cartazes falam sobre depressão e ansiedade, doenças comuns na população brasileira, mas poucos falam sobre deficiências intelectuais.

Atualmente, a Faculdade de Direito é a única na USP que possui uma política de inclusão pedagógica para alunos diagnosticados com autismo – incluindo atendimento pedagógico, solicitação prévia para adaptações de atividades e local isolado para realização das provas. Ela não alcança outros alunos neurodivergentes. Os estudantes como Gabriel precisam arrumar uma

maneira de se encaixar no molde que a faculdade pede.

Aos 20 anos, Amanda (que pediu para ter o sobrenome omitido) cursa Letras na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Seu diagnóstico veio desde a infância. Ela tem autismo do tipo 3, o mais severo. No curso, ela relata uma grande dificuldade com a interpretação e a comunicação com os professores. “Você tem que ir lá e falar [sobre o diagnóstico] com os professores, e isso já coloca um pequeno desafio, porque você não sabe qual é o conhecimento da pessoa”.

Amana tem muito problema com os formatos das provas. “É muito louco isso de como as pessoas memorizam os tópicos, respondem a uma prova e tirar uma nota que é considerada aceitável, enquanto eu consigo explicar uma série de coisas com

uma compreensão além, mas não é no modelo daquela prova”.

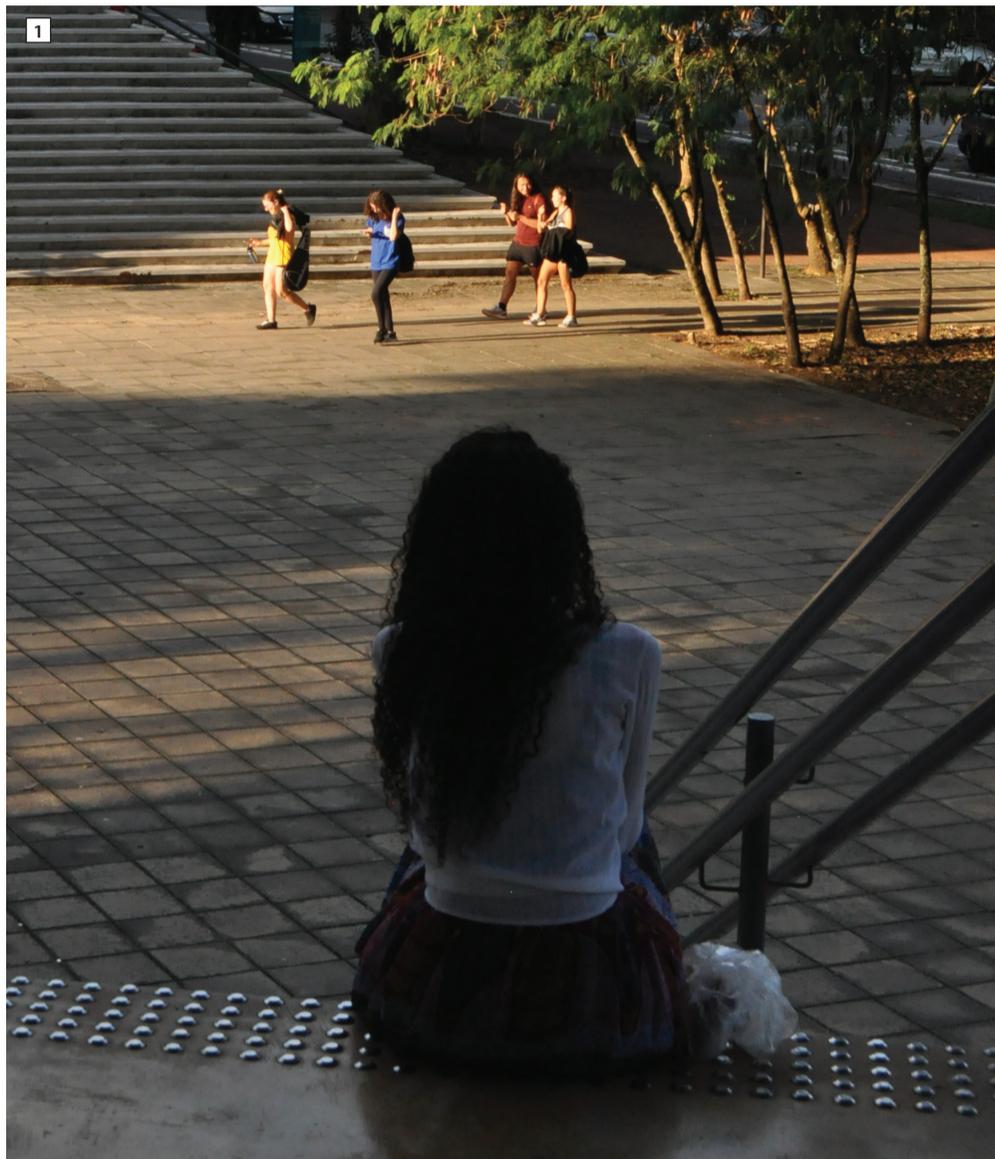
A especialista vê a possibilidade de adaptar a Universidade para receber alunos neurodivergentes. Ouvir os alunos é o primeiro passo para isso. “É preciso construir o conhecimento olhando para quem está sendo atingido e dar espaço para os alunos se auto declararem. E aí outras demandas vão ser levantadas”, explica Táhcita. Segundo ela, a USP tem condições de direcionar verba para as necessidades desses alunos, mas a questão não é uma prioridade da Universidade.

Gabriel Tavares faz Publicidade e Propaganda na ECA. Ele tem síndrome de Tourette, uma condição que causa múltiplos tiques, motores ou vocais. Tavares conta que até procurou ajuda quando entrou na faculdade no começo do ano. “Fui no CAO (Comissão de Acolhimento e Orientação) para perguntar se eu poderia recorrer a eles caso houvesse alguma discriminação comigo, mas não tinha ninguém que tivesse conhecimento para me ajudar ali”, relata ele.

## NÓS POR NÓS MESMOS

As iniciativas para tornar o período na faculdade menos difícil ficam por conta dos alunos. Os estudantes autistas citados na matéria fazem parte do Coletivo Autista, grupo independente que reúne alunos com a condição. Amanda, que coordena as redes sociais do Coletivo, explica que eles têm um grupo no WhatsApp onde promovem conversas e se ajudam mutuamente.

Ainda que seja oferecido um serviço de psiquiatria e psicologia dentro do campus para todos os alunos e funcionários, Carolina relata dificuldades. “É muito difícil marcar um psiquiatra pelo HU”. Ela também critica as consultas de psicologia que duram apenas duas ou três sessões. “Isso não é suficiente para alguém que precisa de acompanhamento contínuo”, afirma. “A USP é só um reflexo um pouco mais elitizado, mas ainda assim um reflexo de como o Brasil enxerga e trata as pessoas neurodivergentes no âmbito educacional”, diz Carolina.



▶ LGBTQIA+

# Estudantes e professores defendem cota para pessoas trans na USP

Exclusão escolar e familiar são os argumentos para sustentar a reserva de vagas – que existe em outras instituições públicas



DAMARIS LOPES [ REPORTAGEM ]

“Existe muita coisa que não te disseram na escola, cota não é esmola”. A frase abre a música de Bia Ferreira “Cota não é esmola”, que se tornou jargão para a luta pela criação de políticas públicas de equiparação racial nas universidades públicas. Em meio ao debate sobre as reservas de vagas, estudantes e professores da USP chamam atenção para a necessidade de ampliação do sistema das cotas para pessoas trans.

“É importante pensarmos sobre como os corpos habitam certos espaços. Quando eu entro na USP e olho para os docentes, para os funcionários e para a maioria dos meus colegas de turma, eu

não vejo pessoas trans”, aponta Maria Andoyiki, aluna trans do curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

O apagamento dessas pessoas dentro da universidade espelha a realidade brasileira. Segundo a ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais – em média, pessoas trans são expulsas de casa pelos pais aos 13 anos. Dados do Projeto Além do Arco-Íris apontam que apenas 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% não completaram o ensino fundamental.

Os impedimentos causados pela exclusão escolar e familiar justificam a luta de uma política pública na educação que amenize a marginalização desse grupo. Para Andoyiki, “A conquista de 50% das vagas para alunos de escola pública trouxe a vivência desse grupo para dentro da universidade e gerou novas perspectivas para eles”. Ela acrescenta: “Pensar em cotas para pessoas trans, que estão numa situação extrema de abandono, também pode criar novos caminhos para esses corpos”.

Essa vulnerabilidade não desaparece com a entrada na universidade. Para que pessoas da comunidade trans sintam-se pertencentes e confortáveis em locais majoritariamente ocu-

pados por pessoas cis, aquelas que se reconhecem com o sexo biológico, é fundamental uma política de permanência eficaz e um ambiente estudantil mais diverso e com núcleos de apoio.

“Embora em outros espaços eu me sentisse muito mais constrangida por ser um corpo trans, dentro da USP, graças à minha rede de apoio, que inclusive é formada por outras pessoas que transicionaram lá dentro, eu me sinto muito mais acolhida”, relata a estudante.

## É POSSÍVEL REDUZIR A TRANSFOBIA

As dificuldades enfrentadas por essa parcela da população vão além do campo acadêmico. Segundo dados da Antra, em 2022, o Brasil foi o país que mais assassinou pessoas trans, 131 no total. Essa violência está relacionada à falta de políticas públicas que amparem pessoas trans em situação de abandono parental, o que as relega às ruas, na maioria dos casos. Em relação a isso, o “Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais-brasileiras”, da Antra, apontou que, em 2020, cerca de 90% da população trans teve a prostituição como única fonte de renda.

Mesmo com dados que acusam a vulnerabilidade deste grupo, Gabrielle Weber, única professora trans na Universidade de Engenharia do campus Lorena

da USP, afirma: “Acho difícil ter políticas de cotas trans tão cedo, pois isso não é uma preocupação da atual reitoria. A USP ainda se identifica como uma universidade elitista e faz questão de mostrar isso ao relutar para debater questões sociais como essa”.

“As cotas seriam um caminho para diminuir a violência, pois começamos a tirar essas pessoas da rua, onde há uma violência direta”, diz Weber. Ela defende que essas pessoas dentro da universidade vão conviver com indivíduos que, muitas vezes, não teriam contato com seus corpos. “Isso pode diminuir a violência, uma vez que é mais difícil ser preconceituoso quando se trata de um colega e não de alguém que está na rua.”

A professora diz que o critério mais certo para a seleção de alunos e professores deve ser a autoidentificação, pois só o indivíduo pode definir seu gênero. O ponto é polêmico: a complexidade de comprovar a transexualidade de uma pessoa é um dos argumentos mais usados para descredibilizar a reserva de vagas, pois essa dificuldade de identificação poderia abrir espaço para fraudes.

Neste caso, instituições que já possuem a reserva de vagas podem ser usadas como base. A UFABC, por exemplo, possui uma Comissão Especial para Pes-



**Gabrielle Weber, professora da Escola de Engenharia da USP, em Lorena**

soas Transgêneras (CEPT), que pode ser convocada a qualquer momento para atestar a conformidade de acesso às cotas trans – que também são acessadas por autoidentificação, o que poderia ser replicado na USP para evitar fraudes.

Para ampliar o efeito da política pública, Weber sugere sua associação com o recorte socioeconômico. “As cotas trans devem estar associadas às cotas sociais, ou seja, uma pessoa trans precisa estar em vulnerabilidade financeira para ter direito, o que já diminui a possibilidade de fraude, pois há documentos que comprovam a renda de uma pessoa”, finaliza.

**Maria Andoyiki, aluna de Ciências Sociais da FFLCH-USP**



## FINANÇAS

# USP TEM SUPERÁVIT,

Em meio a protestos por permanência estudantil e contração de professores, acúmulo de reservas equivale a 76% do orçamento do ano passado

BRENO LOPES, ERICK LINS  
E GUILHERME BENTO [ REPORTAGEM ]

Após quase uma década de déficit, com obras paradas, implementação de um Programa de Demissão Voluntária (PDV) e salários congelados, desde 2021, a USP passou a ter um balanço no azul. A Universidade fechou 2022 com um saldo positivo de impressionantes R\$ 5,7 bilhões. E não foi a única. Unesp e Unicamp apontam que os superávits no ano passado foram de, respectivamente, R\$ 1,7 bilhão e R\$ 1,8 bilhão.

A virada foi impulsionada pela alta da inflação durante a pandemia, que gerou um aumento de arrecadação e, conseqüentemente, um volume maior de recursos repassados pelo governo do estado às universidades públicas paulistas.

A principal fonte de financiamento das universidades estaduais paulistas – USP, Unesp e Unicamp – é uma porcentagem do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado, que gira em torno de 9,57%. Nossa universidade sozinha abocanha cerca de 5%, o que equivale a R\$ 7,5 bilhões em 2023, segundo projeções do orçamento.

Por oito anos, o financiamento era um cobertor curto demais para fazer tudo funcionar na USP, justificando medidas de austeridade da reitoria. Mas, como lembra a mestra em História Econômica pela FFLCH-USP e Doutoranda pelo Instituto de Economia da Unicamp, Ana Paula Salviatti, a lógica de promoção de superávits assim faz pouco sentido.

“Simplesmente se está deixando de investir”, afirma Salviatti. “A reitoria está represando recursos sem previsão de quando e quanto haverá de investimentos, o que não é eficiente, nem ético”.

A crítica de Salviatti segue em linha com as argumentações das entidades representativas de professores e funcionários, a Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) e o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (Sintusp). As gestões da reitoria desde 2014 enfraqueceram a disputa das principais peças de planejamento orçamentário do estado, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a

Lei Orçamentária Anual (LOA), e as reivindicações no cálculo do repasse de ICMS.

Enquanto isso, a desvalorização acumulada nos salários dos professores, desde 2012, em relação à inflação é de 25,57%, segundo estimativas da Adusp.

**DESTINAÇÃO** No início do semestre, a USP concedeu um bônus de até R\$ 30 mil para os professores que estão há menos de 20 anos na instituição e R\$ 5 mil para os demais docentes e funcionários. A medida, que soou como um “cala boca” para as entidades representativas, fez com que a estimativa de gasto com folha de pagamento no próximo orçamento ultrapasse os 106%.

As críticas à gratificação lembram que esse bônus não é incorporado ao salário, o que poderia indicar uma recusa da reitoria em contrair despesas recorrentes.

O reitor, Carlos Gilberto Carlotti Junior, em entrevista para o Estadão, mostrou alguns caminhos por onde seguirá o dinheiro, como a retomada de obras e a contratação de 876 docentes e 400 servidores técnico-administrativos, prometida até 2025.

Ele considera que o aumento de arrecadação em 2021 foi uma “bolha de recursos”, afirmando que “o problema da universidade não é o investimento que você faz e ele termina. Mas, sim, quando assume gastos que ficarão incumbidos no orçamento por vários anos.”

Na entrevista, Carlotti reitera que o saldo positivo também serve para “prevenir sustos”.

De concreto, o que se sabe é que parte do superávit vai servir para retomar o Parque dos Museus – abrigando o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e o Museu de Zoologia (MZ) – e o projeto do Distrito de Inovação, um prédio inacabado de 36 mil metros quadrados próximo ao P3.

De acordo com a assessoria de imprensa da reitoria, citando as palavras do próprio reitor, o objetivo é “adaptar o prédio originalmente construído para ser um centro de convenções

e transformá-lo em um grande centro voltado para a inovação, um novo local para a geração de empresas e startups.”

Idealizadas pelo então reitor João Grandino Rodas em 2012, as obras no edifício estão paradas desde 2014. E agora com a retomada, o desejo é que se torne um distrito de inovação, inspirado em projetos semelhantes de Barcelona e Nova York.

“Estamos estudando e estabelecendo um plano de trabalho para ver se isso realmente é eficaz e viável, se conseguimos visualizar com certeza que essas parcerias futuras acontecerão, que tanto os governos quanto a iniciativa privada terão interesse na manutenção do espaço”, afirma o reitor para a reportagem “USP busca saída para ‘elefante branco’ no Butantã” do Estadão.

Outros R\$ 270 milhões irão para a melhoria das su-bestações de energia da universidade e um projeto de produção de hidrogênio verde em parceria com a petrolífera Shell.

**VAI VIRAR UMA PPP?** Sobram dúvidas a respeito dos planos de investimento da USP. Sobre o distrito tecnológico que o reitor evoca como uma possibilidade, Salviatti avalia que mesmo nos parâmetros mais financistas, não é o melhor negócio.

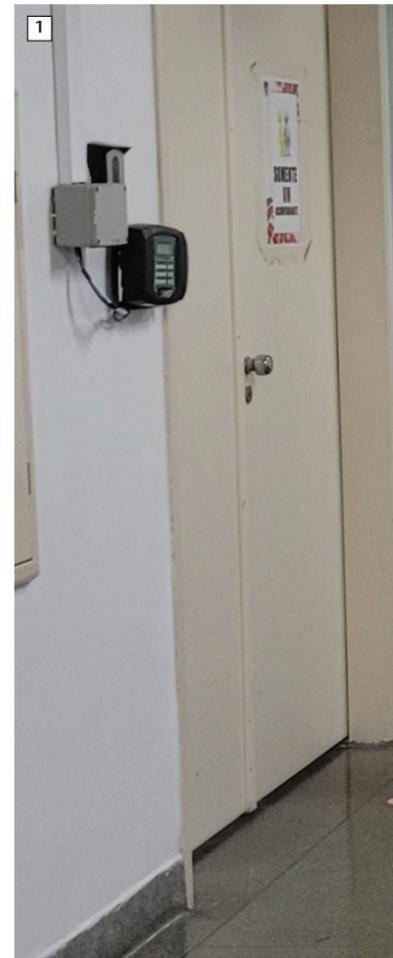
“As startups, por exemplo, demoram anos para conseguirem retorno, além de demandarem várias rodadas de investimentos. Se a ideia é fazer da USP uma PPP (Parceria Público-Privada), é preciso avisar o reitor disso”, explica em tom irônico.

Quando questionada sobre o plano de investimento no Distrito Tecnológico, a assessoria da reitoria afirma que a USP tem buscado parcerias, “mas não necessariamente para reforçar as receitas próprias.”

Salviatti caracteriza as receitas próprias da USP como “irrisórias” quando comparadas ao repasse do governo estadual. De acordo com o Demonstrativo de Receitas e Despesas da Coordenadoria de Administração Geral (CODAGE) da USP, o volume de receitas próprias geradas pela universidade não deve passar de 13% do repasse de ICMS em 2023.

**PARADOXOS DO SUPERÁVIT** A última paralisação do curso de Letras, de que trata essa edição do JC, exemplifica o quadro atual de déficits de professores na USP.

“Hoje a Universidade está em uma situação confortável e mesmo assim não faz questão de recompor os salários defasados e contratar os docentes que faltam”, ressalta Lucília Daruiz, professora do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da USP e integrante do GT Verbas da Adusp.



**Simplesmente se está deixando de investir. A reitoria está represando recursos sem previsão de quando e quanto haverá de investimentos, o que não é eficiente nem ético**

Ana Paula Salviatti, doutoranda pelo Instituto de Economia da Unicamp

# MAS NÃO DIRECIONA RECURSOS



**Precionado atender cada vez menos casos, corredores do HU permanecem vazios**

Daruiz defende que uma convenção velada entre gestões da reitoria impede que os gastos da Universidade de São Paulo com folha de pagamento excedam 85% do seu orçamento. Mas atualmente, esse número giraria em torno de 77%. Ou seja, existe uma margem de crescimento que está sendo ignorada.

A subvalorização dos docentes em atividade colabora para que não haja o interesse de novos profissionais, como salienta Lucília: “Não é apenas o indivíduo que está sendo prejudicado,

mas sim a universidade pública, pois cada vez que os salários são arrochados a carreira docente deixa de ser atrativa.”

#### E A PERMANÊNCIA ?

Outro ponto contraditório com o superávit é a relação com o Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE).

Como mostrou a edição anterior do JC, as mudanças no PAPFE deixaram diversos alunos de fora do programa. Muitos estudantes se queixam da negligência da reitoria em rela-

ção ao Conjunto Residencial da USP (CRUSP), e de como não há adequação dos valores da bolsa estudantil à realidade.

“Nós defendemos que uma parte do que a USP recebe seja utilizada no custeio. Especialmente, neste momento, na questão da permanência estudantil. A gente viu a denúncia e a história de como a situação no CRUSP se dá”, afirma Marcelo Zait, membro do GT Verbas da Adusp.

#### ABANDONO DO HU

O Hospital Universitário (HU), inaugurado em 1978, exerce dupla função, fazendo parte do aprendizado das áreas de saúde – Medicina, Enfermagem, Odontologia, Nutrição, Psicologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia e Ciências Farmacêuticas – e sendo referência no atendimento clínico e emergencial dos moradores do Butantã.

Com um orçamento anual de cerca de R\$ 301 milhões, o Hospital Universitário é o único que ainda permanece sob administração direta da Universidade.

De acordo com relatos de pessoas que utilizam o HU há anos, fica evidente a precarização do hospital. Como explica Soraya Pereira, moradora da região do Campo Limpo, que acompanhava

sua irmã com suspeita de trombose ser atendida: “Os banheiros estão em situação precária. Não sei se é falta de faxineiro”. Ela, ainda assim, tem estima pelo hospital onde já deu à luz três filhos.

Já Bruna Martins, uma jovem mãe, conta que não conseguiu atendimento para sua filha asmática. “Até chegamos a abrir a ficha, mas na triagem eles a liberaram e mandaram eu procurar uma UBS ou um Pronto-Socorro em outro lugar, pois estavam atendendo casos específicos”. Segundo ela, foi a primeira vez que não conseguiu atendimento para sua filha no HU.

Enquanto o HU espera mais investimento, outros hospitais ganham um incremento direto do caixa da reitoria. Em junho de 2022, o reitor destinou R\$ 217 milhões para reformas no Hospital das Clínicas de São Paulo e no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. A escolha levanta suspeitas do Sintusp.

Em informe da em defesa do Hospital Universitário, o sindicato lembra que ambos os hospitais escolhidos são administrados por fundações de direito privado, a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCRP (FAEPA).

**Protesto do PAPFE incorpora demandas por mais professores**



## ▶ SERVIÇO À COMUNIDADE



# Na Psicologia, projetos voluntários oferecem auxílio contra surto global de transtornos mentais

FERNANDO CARDOSO [ REPORTAGEM ]

Os três anos de pandemia da Covid-19 deixaram consequências evidentes em todo o mundo. Dados da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, mostram que mais de 680 milhões de casos globais de contaminação pelo coronavírus foram registrados até hoje, o que levou à morte de quase 7 milhões de pessoas.

Após a difusão da vacinação e de pacotes financeiros governamentais, no entanto, problemas novos e pouco divulgados anteriormente vieram à tona, tornando-se um verdadeiro desafio ao retorno da normalidade pós-Covid. O principal deles está relacionado à ampliação de distúrbios mentais. De acordo com números da Organização Mundial da Saúde (OMS), a ansiedade e a depressão avançaram 25% só em 2020, no primeiro ano da pandemia.

Condições pandêmicas determinantes para o aumento de transtornos mentais, como ansiedade social, luto, medo do contágio viral e instabilidade no mundo do trabalho, deixaram cerca de 1 bilhão de pessoas em necessidade de cuidados psicológicos no ano passado, informou a OMS, com muitos países não oferecendo ainda os tratamentos necessários, sejam medicamentosos ou acesso a especialistas.

Com a união do aumento da demanda de indivíduos em con-

dições financeiras instáveis e a priorização de investimentos na linha de frente do combate ao vírus, governos e instituições privadas têm falhado em responder ao desafio da saúde mental. Cada vez mais tem sido essencial a mobilização de iniciativas voluntárias da sociedade civil na resposta à crise que ameaça se tornar a nova pandemia dos próximos anos. A Universidade de São Paulo (USP) faz parte desse esforço.

“Durante a pandemia, a gente recebia muitos alunos. Esse ano são mais pessoas que nem da USP são. É uma demanda bastante diversificada”, conta Laiz Chohfi, supervisora do Plantão de Acolhimento Psicológico (PAP). O serviço do Instituto de Psicologia (IP-USP) é voltado para receber pessoas da comunidade uspiana ou externa que precisem de “uma ou duas conversas”, na definição de Chohfi, para resolver questões e problemas surgidos durante ou depois da pandemia.

O PAP tem suas raízes em um programa do IP que já existia anteriormente, mas que ganhou nova face com as necessidades surgidas durante a fase de isolamento. A principal foi a criação de um apoio psicológico online. Nesse modelo, alunos de graduação e pós-graduação do instituto atendem a qualquer pessoa que deseje tratar de alguma questão que gere incômodo.

Iniciativas do IP-USP vão do apoio de curta a longa duração para enfrentar distúrbios que hoje atingem quase 1 bilhão de pessoas no planeta

“A gente vê um atravessamento da pandemia por conta dos anos de reclusão e isolamento. A pessoa ficou isolada e agora está tentando se adaptar e voltar a encontrar outras pessoas”, explica Chohfi.

A professora esclarece que os números crescentes de indivíduos com transtornos nem sempre são sinais da necessidade de um acompanhamento de longo prazo, como ocorre na psicoterapia. No PAP, muitas vezes uma conversa basta para que as questões de uma pessoa sejam resolvidas. Ela conta que existem pessoas que já conseguem resolver suas questões em uma conversa. No caso do entendimento de que é preciso um acompanhamento mais longo, o PAP encaminha as pessoas para outros serviços do Instituto que possam fornecer o tratamento necessário.

Além do atendimento na forma de plantão, o IP também oferece outros serviços com diferentes abordagens e objetivos para cada paciente. O projeto Apoiar, por exemplo, oferece desde 2002 ajuda a jovens, especialmente em condições de vulnerabilidade social, com o foco em indivíduos que sofrem de questões psicossomáticas, quando o transtorno mental se desenvolve em uma dor física.

Há outros programas que trabalham com uma condução coletiva das atividades, em que vários participantes se juntam para discutir suas questões. O projeto Sonhar-se foi criado para permitir uma oportunidade para pessoas compartilharem seus próprios sonhos umas com as outras e tentar entender o significado por trás de cada um deles.

Mesmo assim, a alta demanda por cuidado psicológico refletida em números de organizações internacionais pouco fez para alterar a percepção sobre a importância da saúde mental. Frequentemente, o problema está na divulgação de serviços existentes.

Para Chohfi, “em um mundo ideal, as pessoas entende-

riam que questões psicológicas são importantes e são dignas de cuidado. Tem relação com a divulgação e o amplo acesso ao cuidado psicológico”.

Nesse sentido, a USP realizou entre os dias 15 e 19 de maio a 1ª Semana da Saúde Mental, que coincide com o calendário nacional de celebração e luta em defesa da política de saúde mental brasileira. Organizadas pela Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, as palestras e encontros culturais buscaram discutir questões como o crescente problema dos transtornos mentais na sociedade e o papel que a pandemia teve para o agravamento deste cenário.

O evento, inédito na Universidade de São Paulo, trouxe importantes contribuições para o entendimento da saúde mental na sociedade. Mas a demora para a ocorrência de uma cerimônia do tipo mostra como a questão foi por muito tempo um tabu, cuja quebra foi catalisada pelos problemas surgidos nas situações adversas que a pandemia da Covid-19 apresentou.

“Ainda que estejamos comemorando o fim da emergência sanitária da pandemia, temos um entendimento de que as ressonâncias dessa experiência permanecem presentes na nossa vida, com todas as transformações”, disse Ricardo Teixeira, professor e coordenador da área de saúde mental na Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, em uma das palestras do evento.

O professor descreve o momento atual como uma fase de “escuta”, sendo necessário compreender primeiramente as questões emergenciais que cada indivíduo acumulou ao longo dos anos de pandemia.

“Temos a coragem de dizer que nesse momento que não sabemos que objeto é a saúde mental”, explica Teixeira. “É uma inflação discursiva da saúde mental, que se tornou simplesmente uma linguagem para a gente falar do sofrimento”.

**Em um mundo ideal, as pessoas entenderiam que questões psicológicas são importantes e dignas de cuidado**

*Laiz Chohfi, supervisora do Plantão de Acolhimento Psicológico do IP-USP*



**Estudante lê anúncios de atendimento psicológico em mural na entrada do Instituto de Psicologia-USP**

▶ LÍNGUA ESTRANGEIRA

# INGLÊS NA USP: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?



Alunos que não dominam o idioma relatam problemas de inserção no ambiente universitário e no mercado de trabalho

ADRIELLY KILRYANN  
[ REPORTAGEM ]

A USP, costuma-se dizer, é uma porta aberta para o mundo. A Universidade apresenta diversos caminhos para intercâmbios, integração com alunos estrangeiros e inserção no meio acadêmico e no mercado de trabalho em outros país ou em uma posição de destaque por aqui. Isso tudo se você já souber falar inglês.

A Base Nacional Comum Curricular prevê a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental. Segundo o documento “o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade”.

Mas onde ficam os alunos que não adquirem este conhecimento de forma efetiva? Afinal, apesar do Inglês ser previsto nas escolas brasileiras, não é possível assegurar que toda a população

receba uma formação educacional ideal. Quando esses alunos chegam à USP, o que acontece?

“Somos privados das leituras de trabalhos e artigos que não possuem tradução para o português, o que desfalca nosso aprendizado. Alguns dos meus colegas já sabem inglês desde crianças, pois os pais os matricularam nos melhores colégios bilíngues de São Paulo. Além daqueles que fizeram intercâmbio durante o ensino médio, o que torna a disparidade ainda maior”, conta Geovana Vasconcelos, 20 anos, aluna do curso de Geografia.

Cristiano Morais, 35 anos, também aluno de Geografia, detalha que alguns materiais bibliográficos só existem na língua inglesa, sobretudo na área da geografia física. Apesar de os professores não determinarem leitura obrigatória, para Cristiano, eles são um excelente complemento acadêmico. “Esse material em inglês normalmente é mais denso, se aprofunda mais nos conceitos. Felizmente alguns colegas de classe fazem a tradução. Mas, sem essa ajuda, os demais alunos seriam prejudicados.”

As dificuldades de alunos não falantes de inglês são percebidas como algo comum à maioria destes universitários, de acordo com Adriana Weigel, professora do Programa Inco – Inglês para os alunos da graduação da USP. Os problemas relatados com maior frequência são justamente quanto à leitura da bibliografia dos cursos e, às vezes, à participação em algumas atividades acadêmicas. “Por exemplo, quando há professores-visitantes estrangeiros ministrando aulas ou cursos em inglês. O sentimento é de exclusão por parte desses alunos”.

Para ela, a falta de conhecimento da língua inglesa acrescenta obstáculos ao processo de aprendizagem e faz os estudantes procurarem alternativas para contornar a situação. “Um aluno pode usar ferramentas de tradução, mas isso leva tempo e também requer conhecimento para usar tais ferramentas de modo adequado, a fim de evitar má-compreensão e equívocos”, explica a professora.

Mas recursos como Google Tradutor e DeepL, citados pelos entrevistados, não são suficien-

tes para resolver o problema. “É muito difícil se comunicar e se integrar com alunos intercambistas, o que acaba me privando de inúmeros conhecimentos que eu poderia ter sobre aquela pessoa, o local de onde veio e a realidade em que cresceu. Essas informações certamente enriqueceriam minha reflexão, como geógrafa, sobre o mundo e sobre as pessoas”, relata Geovana.

Se para alguns as dificuldades começam já na graduação, para outros, elas surgem no mercado de trabalho. É o caso de Fábio Medeiros, 30 anos, aluno de Pedagogia. Na hora de buscar um emprego, há muitas escolas que são bilíngues e têm o idioma como requisito. “Se você souber inglês, você amplia as suas chances de trabalho”, comenta.

A situação é parecida para Lennon Lopes, 30 anos, que está no último ano do curso de História. “As melhores vagas de

emprego são as que exigem fluência. Por causa disso, já perdi muita vaga, mesmo tendo experiência de trabalho”, relata. Ele acrescenta que boa parte do material bibliográfico do curso de História é em português, mas que, por almejar a pós-graduação na USP, o inglês se torna essencial. “Difícil um programa de pós não ter inglês como pré-requisito. Neste caso, a fluência vai determinar também meu potencial frente aos desafios da carreira acadêmica.”

Iniciativas como o Programa Inco buscam diminuir essas disparidades. Oferecido pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Ensino de Línguas (CEPEL) da Faculdade de Educação da USP (FEUSP), o curso de inglês gratuito é destinado aos alunos de graduação da USP. Para participar, o aluno deve se inscrever nos sorteios de vagas que ocorrem semestralmente, no site do CEPEL.

▶ ACONTECE NA USP

**TUSP:**  
**Teatro Pós-trauma**

Peça “Verdade”, do projeto “Teatro Pós-trauma”, escrita e encenada por Alexandre Dal Farra. Onde: Centro Universitário Maria Antonia – Rua Maria Antonia, 258 e 294 – Vila Buarque, São Paulo - SP – Em cartaz na primeira quinzena de junho. Ingr.: Grátis.

**CINUSP:**  
**Da Telinha pra Telona**

Seleção de produções que marcaram a história da televisão mundial. Serviço: Sala Cinusp Paulo Emílio – Rua do Anfitheatro, 181. Colméia – Favo 04 – Cidade Universitária, São Paulo - SP. Sala USP Maria Antônia. De 29 de maio a 25 de junho. Ingr.: Grátis.

**MAC-USP:**  
**Tempos Fraturados**

Nova exposição, “Tempos Fraturados”, do Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC), desenvolvida em comemoração aos 60 anos do museu. Onde: Av. Pedro Álvares Cabral, 1301 – Vila Mariana, São Paulo - SP. De terça a domingo, das 10h às 21h. Ingr.: Grátis.

**Maria Antonia:**  
**Imagem - Testemunho**

Experiências artísticas por presos políticos da ditadura. Onde: Centro Universitário Maria Antonia – Rua Maria Antonia, 258 e 294 – Vila Buarque, São Paulo - SP. Vai até 10 de dezembro, funcionamento de terça a domingo, das 10 às 18h. Ingr.: Grátis.

**CineMA:**  
**Cinema na Vida**

Mostra “Cinema na vida: Os filmes de Rewald & Ab’ Saber”. Onde: Sala USP Maria Antônia no Centro Universitário Maria Antonia – Rua Maria Antonia, 285 a 294 – Vila Buarque, São Paulo - SP. Dia 16, 23 e 30 de junho, às sextas-feiras, das 18h às 21h. Ingr.: Grátis.

09:15 p.m.

Following For You

## ▶ TENDÊNCIAS

# POV: você é um tiktokker na Universidade

Estudantes da USP conquistam visualizações e admiradores enquanto tentam equilibrar a vida acadêmica e as mídias sociais

ANA PAULA MEDEIROS E RIAN DAMASCENO  
[ REPORTAGEM ]

Imagine que você está andando pela universidade e alguém te pergunta: “ei, você é aquele menino do TikTok?”. Para alunos da USP que são influenciadores digitais, a cena é quase rotineira. Aparecer no “Para Você” – aba inicial de vídeos recomendados do aplicativo – não é a única meta do pequeno grupo, que faz malabarismos para equilibrar a fama e os estudos.

Matheus Theodoro [na foto] (@matheustheodoro\_), por exemplo, é estudante de Administração na Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da USP. Ele divide seu tempo entre aulas e vídeos de humor para o TikTok. O jovem soma quase 4 milhões de seguidores na rede.

Assim como outros usuários, ele começou a produzir vídeos na pandemia. À medida que foi ganhando mais visibilidade nas redes, propostas publicitárias chegaram, e hoje são sua principal fonte de renda.

Para Gustavo Zael (@uaizael), a situação é diferente. Conhecido como “Agrogay da USP”, o aluno de engenharia agrônoma na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq) da USP coleciona cerca de 26 mil seguidores no TikTok. Para ele, viver apenas com os lucros da vida de criador de conteúdo é um plano para o futuro.

“Meu TikTok é monetizado e recebo por todos os vídeos, mesmo que seja pouca quantia. É um dinheiro que eu não teria se não gravasse para a internet”, conta o influenciador.

Segundo Issaaf Karhawi, doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações

e Arte (ECA) da USP e autora do livro “De Blogueira a Influenciadora” (2020), ser criador de conteúdo durante a graduação é quase que assumir um trabalho de meio período, prática comum entre estudantes.

No entanto, a sobrecarga pode ser perigosa para vida profissional e acadêmica. Matheus assumiu que já precisou encurtar a rotina de gravações por causa dos estudos e perdeu aulas devido à profissão.

Já Zael afirma enfrentar um grande bloqueio criativo quando está muito atarefado. “Tem sido bem difícil, porque a graduação exige muito e, quando você coloca gravar vídeos para internet nesse combo, você fica sem tempo”, desabafa. Além do curso integral e da produção para as redes, o jovem participa de um grupo de extensão e da atlética da Esalq.

Os vídeos dele se dividem em dois tipos: o dia-a-dia narrado em terceira pessoa e apresentação do campus. “Quando eu entrei na faculdade, eu não via nada sobre a Esalq, então enxerguei uma oportunidade de mostrar o que as pessoas não costumavam ver.”

Para ele, o objetivo foi atingido. “Quando os calouros entram neste ano, as pessoas falavam: ‘eu só conheci Esalq porque eu te acompanhava.’”

Issaaf avalia que o interesse das pessoas pela rotina de universitários está ligado a um consumo inspiracional. “Há uma espécie de curiosidade pela universidade pública, que ainda é reservada para poucos”, explica. “Quando alguém compartilha a vida dentro do campus, é quase escancarar o portão para que mais pessoas possam acessar esse espaço.”

Em entrevista ao **JC**, Zael contou que decidiu se autointitular como “Agrogay da USP” por causa do peso do nome da instituição.

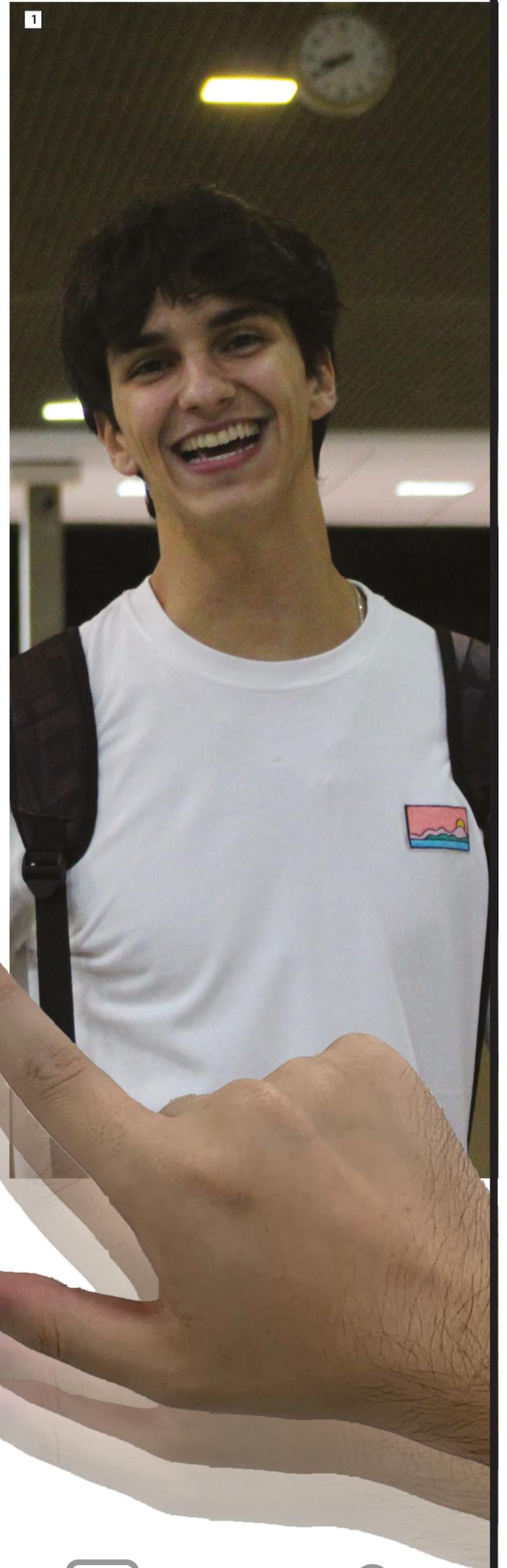
Ao contrário dele, “USP” não estampa as redes de Matheus e seu conteúdo não é focado na faculdade – o repertório vai de conteúdos sobre roupas até P.O.V.s (sigla em inglês para “ponto de vista”), um tipo de vídeo sobre cenários inusitados. Mas o influencer confessa que ainda pretende criar vídeos sobre a rotina de universitário: “as pessoas acham interessante que eu sou um criador de conteúdo e faço uma faculdade pública. Elas querem saber meu dia-a-dia, como é a USP, como é a FEA”.

E não só quem é de fora que fica curioso com a “vida dupla” do estudante. Para quem é da USP, é uma surpresa encontrar o menino da tela do celular pelos corredores. “Perguntam ‘o que você está fazendo aqui?’, e eu falo ‘o mesmo que você!’”, brinca.

O estudante afirma gostar quando outros alunos o abordam para conversar e tirar fotos em momentos de descontração. Segundo ele, ficou até mais fácil para conhecer pessoas e fazer amigos.

Apesar da fama e do retorno financeiro, Matheus não pensa em parar de estudar para trabalhar apenas com a internet. “Eu acho muito importante eu ter essa formação”, afirma.

Seu plano é se beneficiar do público que conquistou nas redes e utilizá-las como uma extensão da sua carreira quando se formar. O estudante pretende se especializar na área do marketing e divulgar seu próprio negócio nas mídias sociais. Até lá, pensa: “eu vou finalizar [o curso] e tentar ter as vivências que a faculdade tem para me proporcionar.”



Home



Discover



Inbox



Me



## ▶ IMPEDIMENTO

# Preço de pacotes afasta comunidade uspiana dos Jogos Universitários

Questão financeira cria fosso entre faculdades públicas e privadas e vira barreira para a inclusão no esporte

JOÃO DALL'ARA E PEDRO FAGUNDES  
[REPORTAGEM]

Parte significativa das competições disputadas pelas atléticas da USP contam com um predomínio de universidades particulares. Jogos Universitários são a cereja do bolo: reunir mais de seis faculdades distintas, em uma cidade do interior do estado, por quatro dias de jogos e shows, exige atributos não necessários em um confronto de sábado à tarde. Dentre eles, o dinheiro. Financiar um “rolê” dessa magnitude custa caro. Pelo menos para o uspiano.

“O poder aquisitivo dos alunos de universidades particulares tende a ser maior, o que garante a facilidade em bancar os gastos com os Jogos Universitários. Esse não é o caso das universidades públicas e não mais o da USP”, afirma Yuri Rodrigues, ex-diretor geral de esportes da ECAtlética e ex-diretor geral de esportes da Liga das Atléticas das Comunicações e Artes (Laaca).

O apontamento de Rodrigues explica o porquê das faculdades privadas serem maioria nos jogos universitários. Isso ocorre em razão dos custos para se manter no esporte, assim como os altos valores dos pacotes dos torneios – que, normalmente, acontecem em outras cidades e custam, em média, R\$ 600, conforme apurou o JC.

O JC mapeou cinco dos eventos mais importantes em que a USP é, quase sempre a única participante pública: o Juca, disputado pela Escola de Comunicações e Artes (ECA), o

InterFAU – campeonato entre faculdades de Arquitetura e Urbanismo – competido pela FAU, o Economíadas – Jogos Universitários de Administração, Economia e Contabilidade –, disputado pela FEA e o Jurídicos – Jogos Universitários de Direito – competido pela Sanfran.

## ALÉM DO ESPORTE

Pedro Matos, antigo vice-presidente esportivo da atlética da Faculdade de Direito da USP, expõe barreiras quanto ao relacionamento da Sanfran com os demais participantes privados do Jurídicos. Diferentemente da maioria dos Jogos, o realizado pelas faculdades de Direito não une, institucionalmente, o social ao esportivo. Ou seja, as festas não são organizadas em conjunto ao campeonato.

No caso, as atléticas do Mackenzie e da PUC-SP se responsabilizam pela organização das festas e convidam o restante como revendedores. Convite esse insistentemente recusado pela São Francisco.

“A política de cotas na USP tem mudado o nosso público. Por conta disso, já não temos aderência às festas do Jurídicos. Fazemos isso como protesto. São questões de acessibilidade econômica e, até mesmo, proximidade ideológica”, aponta Matos. A recusa em auxiliar com o evento é vista com maus olhos pelas representantes particulares. “Preferimos elaborar nosso próprio social, junto a USP de Ribeirão Preto.”

Por outro lado, algumas atléticas não têm o mesmo conflito institucional. “Todo mundo sabe que a USP é a única [faculdade] pública do Juca, mas ninguém trata diferente. A ECA se dá bem com todo mundo”, afirma Rodrigues, acerca do relacionamento com as faculdades particulares na organização do campeonato.

Marina Capani, presidente da Atlética da FEA em 2023, também relata nunca ter testemunhado nenhum tipo de preconceito por pertencer à USP, ao acrescentar que a FEA é a única pública entre as sete atléticas que compõem o Economíadas. “É um pouco difícil conciliar os interesses.”

No Juca, são sete faculdades particulares e só uma pública. “É algo que incomoda um pouco, você fica pensando ‘não tem outra faculdade pública de comunicação que consiga ser grande o suficiente para se organizar e estar aqui?’ Eu gostaria que tivesse um time da Unicamp ou da Unesp. Existem cursos de comunicação lá e como elas não participam?”, questiona Rodrigues.

## ESPORTE PARA TODOS

O perfil dos alunos da USP, ainda que elitizado em diversos aspectos, é cada vez mais diverso, sobretudo a partir de 2016, ano em que entrou em vigor a política de cotas. Nem todos os estudantes conseguem participar dos treinamentos e competições por causa das condições financeiras necessárias para a prática desportiva.

Apesar do livre acesso ao Centro de Práticas Esportivas

da USP (CEPEUSP), – que conta com ampla infraestrutura, como campos, quadras e piscinas –, as atléticas uspianas enfrentam o desafio da manutenção das modalidades esportivas, como contratação de treinadores, compra de materiais, custos dos campeonatos e do transporte até os locais das competições. Fatores que provocam exclusão no esporte universitário.

A segregação fica ainda mais clara quando atletas não conseguem participar da principal competição esportiva disputada pela sua faculdade, os Jogos Universitários. Breno Moraes Barbosa, aluno da FAU, aparece como exemplo. “Ano passado não fui para o InterFAU porque dependia do lote social e ele não ofereceu um desconto suficiente para eu conseguir pagar o pacote.”

Vinícius Alves, também da FAU, relata que os problemas são maiores do que o custo do pacote: “Também tem a questão da barraca e itens de acampamento que eu não possuía e, por isso, teria que comprar, assim como a alimentação, que representa um grande gasto.”

Os estudantes que não puderam comparecer aos Jogos comentam que, além das ações realizadas por suas respectivas atléticas, há outras formas para promover a inclusão. Ato alinhados entre os times, como vendas de alimentos e produtos da modalidade ou até mesmo a arrecadação de dinheiro de atletas com melhores condições financeiras podem ser soluções.

## ▶ ENSINO



# DOAÇÃO DE CORPOS FAVORECE QUALIDADE NOS CURSOS DE SAÚDE

Apesar de novas tecnologias e modelos artificiais auxiliarem no estudo sobre o corpo humano, peças anatômicas reais continuam a ser o material mais relevante para o ensino

MATEUS CERQUEIRA E RAFAEL CANETTI  
[ REPORTAGEM ]

Em uma sala com azulejos brancos, pisos acinzentados, com corpos sobre mesas enfileiradas e que cheira a glicerina, calouros do curso de Ciências Biomédicas da USP têm seu primeiro contato com os cadáveres humanos. É a famosa prova apelidada pelos cursos de saúde como “gincana”.

No rosto dos estudantes, olhares curiosos ao manipular as peças anatômicas, mas acompanhado de uma fisionomia de tensão por conta do tempo de resposta de 40 segundos para cada pergunta referente ao material humano avaliado.

Ao término desse tempo, eles passam à mesa seguinte na qual se encontra outra peça. Pode ser um crânio, um cérebro dissecado, membros inferiores (coxas, pernas e pés), ou ainda um corpo humano completo.

Esta foi apenas uma das dinâmicas de alunos e professores com o material humano doado no complexo do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da USP que o JC acompanhou de perto, para mostrar como as peças anatômicas são essenciais para o ensino nas universidades.

**CORPO X TECNOLOGIA** “Existe muito dessa coisa do primeiro contato com os doadores que os alunos enfrentam, o que para algumas pessoas talvez não seja necessário já que temos modelos artificiais do corpo humano”, diz Thelma Renata Parada Simão, professora do ICB-USP.

“Mas se você fosse fazer uma cirurgia, você se sentiria mais confortável com um médico que estudou somente com um modelo plástico do corpo humano, ou com um que se debruçou sobre um real durante a graduação?”, questiona.

Renata é uma defensora do uso do corpo humano para o ensino, pesquisa e projetos de extensão nas universidades. Segundo ela, há a necessidade de garantir que todos os estudantes dos cursos de saúde, independentemente da faculdade, tenham contato com material humano verdadeiro para uma formação de qualidade.

“Com todas essas corpos preservados, os alunos de diferentes cursos, como biomedicina, medicina, enfermagem, odontologia, conseguem ganhar elevado grau de conhecimento sobre anatomia humana”, aponta.

“A tecnologia, seja com os modelos plásticos, tecidos humanos em 3D ou por meio de análises tridimensionais em tela

são grandes aliadas nos estudos da anatomia, mas não substituídas do corpo humano que apresenta diferentes formatos e especificidades”, acrescenta.

**POR QUE DOAR?** O professor da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), Luiz Fernando Burns, defende que a importância da doação de corpos se resume em garantir o aprimoramento dos estudos e pesquisas. “Isso porque o corpo humano está sob constante evolução, apresenta variações [anatômicas] de pessoa para pessoa e, do ponto de vista dos estudos patológicos, apresenta uma carga informacional valiosa.”

A doação de corpos é um estímulo aos estudantes e pesquisadores para aprofundar os estudos sobre os tecidos humanos, seja na anatomia cirúrgica, patológica ou em diversas outras áreas. Mas para isso, os especialistas alertam que é crucial informar às pessoas que a doação de corpos é uma prática necessária à ciência moderna, e que não há nada rudimentar ou humilhante no processo.

“A doação de corpo é uma prática altruísta que requer grande reflexão”, relembra Fernando, “é o último grande ato

do paciente ou familiares que tomam essa decisão de contribuir de forma inquestionável para o desenvolvimento científico e treinamento dos futuros profissionais da saúde”.

**QUAL É O PROCESSO?** A disposição do corpo para doação após a morte é um direito de qualquer cidadão, respaldado na lei de número 10.406 de 2002. O professor Luís Tirapelli, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP (FMRP-USP), explica que o processo de disposição para doação é assegurado desde que com objetivo científico, ou altruístico, e de forma gratuita de todo ou partes do corpo pelo interessado.

“Entretanto, é válido ressaltar que se um dos familiares barrar a doação, o processo pode ser interrompido”, afirma. “Não é à toa que esse interesse deve ser informado e documentado pelo doador.”

O caminho mais seguro a seguir, indica Tirapelli, é primeiramente procurar o setor de anatomia ou o programa de doação de corpos de instituições para qual se deseja doar, em seguida, emitir o termo de doação de corpo (pessoal e/ou representante legal) e reconhecer em cartório.

Por parte das instituições, deve ser assegurado o transporte, infraestrutura, armazenamento e demais cuidados com o corpo, dada a complexidade do processo. “Devemos atender às orientações das autoridades sobre a finalidade prática do cadáver e sua condição de conservação”, reforça o professor.

Na USP, há três programas independentes de doação de corpos: no Centro de Medicina Legal (Cemel), atrelado à FMRP-USP de Ribeirão Preto, na Faculdade de Odontologia, em Bauru, e na FMUSP, em São Paulo.

“**A doação de corpo é uma prática altruísta que requer grande reflexão. É o último ato do paciente ou familiares que tomam essa decisão**”

Luiz Fernando Burns,  
professor da FMUSP



Estudante do 9º ano da Escola Professora Dulce Ferreira Boarin no Museu de Anatomia Humana Professor Alfonso Bovero, do ICB-USP



## ▶ TECNOLOGIA

# Da entrada à Universidade até a pesquisa avançada: Inteligência Artificial é realidade na USP

Instituição contabiliza mais de 100 grupos de pesquisa sobre o tema; Center For Artificial Intelligence (C4AI) tem 250 pessoas e explora aspectos básicos e aplicados da área

LEONARDO VIEIRA [ REPORTAGEM ]

É uma revolução pouco visível, mas está acontecendo. Na Universidade de São Paulo (USP), o uso de inteligência artificial está cada vez mais integrado ao campus, seja por meio da própria vivência universitária ou dos inúmeros projetos de pesquisa do setor.

Já no processo de entrada na universidade, a IA é utilizada para a correção dos gabaritos da primeira fase da Fuvest e do Enem, para garantir maior agilidade. Outro exemplo é o desenvolvimento de softwares inteligentes para possibilitar que documentações e matrículas sejam feitas a distância e com maior segurança e organização.

A principal universidade da América Latina desenvolve projetos de Inteligência Artificial, e abriga dois centros de pesquisa de grande porte: o IARA (Inteligência Artificial Recriando Ambientes), com sede em São Carlos, e Center For Artificial Intelligence (C4AI), no Inova USP, que conta com o suporte da IBM e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

O C4AI congrega cerca de 250 pessoas em variados projetos, da previsão de variáveis oceânicas à tomada de decisão sobre distribuição de alimentos. “O compromisso é desenvolver pesquisas no estado da arte em

Inteligência Artificial, explorando tanto aspectos básicos quanto aplicados nesta área”, afirma Fernando Osório, coordenador de difusão do C4AI.

O C4AI desenvolve estudos sobre o impacto social e econômico da IA e conduz atividades de disseminação e transferência de tecnologia, procurando formas de melhorar a qualidade de vida humana e incrementar a diversidade e a inclusão.

Osório analisa também o uso da IA no dia a dia da USP: “Alguns setores da Universidade já usam (amplamente) ferramentas de IA no dia a dia, mas outros talvez pudessem conhecer melhor”. Segundo o coordenador, existe o risco de se usar inadequadamente a tecnologia pela falta de conhecimento. Por isso, é de grande importância um “letramento digital”. “Precisamos ampliar a divulgação, a difusão de conhecimentos e o aprendizado sobre este tema tão importante que é a IA”, conclui.

Fabio Cozman, professor da Poli e diretor do centro de Inteligência Artificial da USP, diz que o uso de ferramentas de IA pode ser benéfico na busca de documentos e processos de geração de respostas factuais ou de sumarização, bem como na geração de figuras ou tabelas.

No que se refere à participação da USP no setor, o professor explica que a Universidade tem

muitos grupos ligados à área de IA, com projetos de pesquisa. “Em 2018, foi realizada uma chamada de projetos e identificados mais de 110 grupos com interesse em IA.” A Universidade também é sede de dois centros de pesquisa de grande porte, financiados pela FAPESP com outros parceiros.

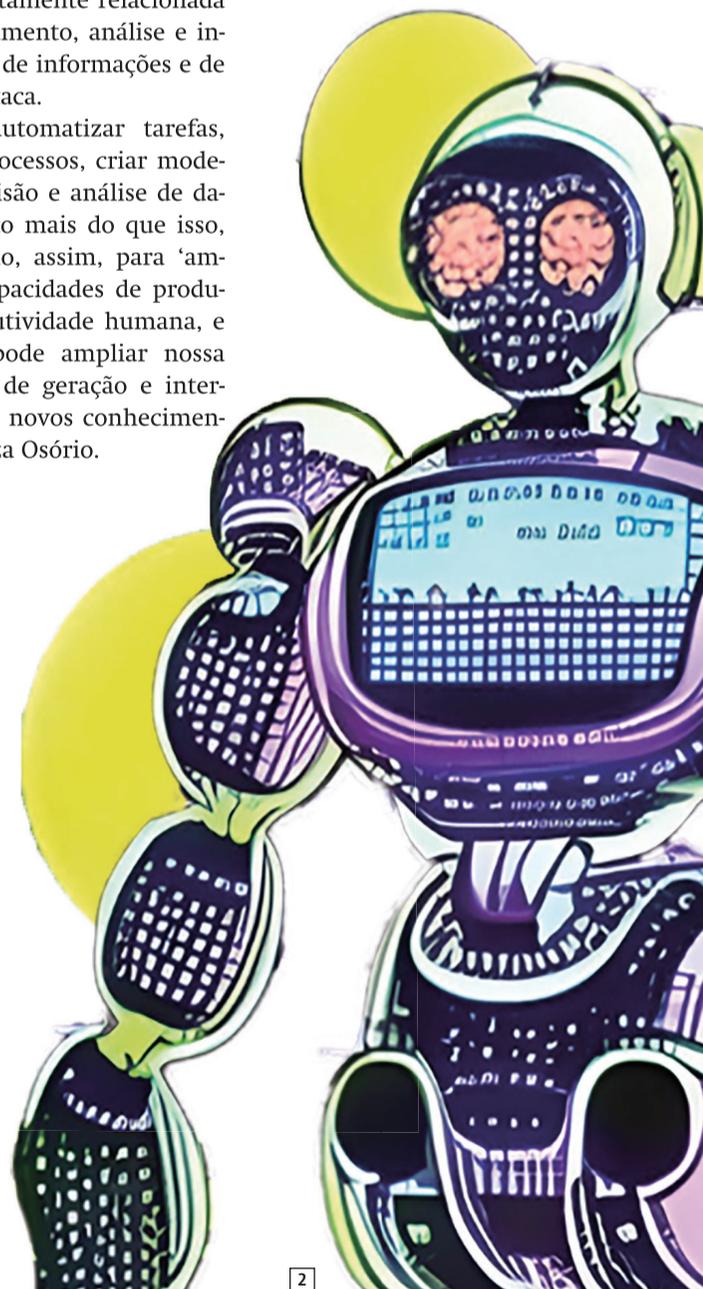
A área se destaca também por não sofrer com a falta de investimento: “Pesquisadores da USP têm conduzido pesquisas em IA com significativo apoio da Universidade e de órgãos de pesquisa, bem como trabalhado para transferir o conhecimento gerado para a sociedade”, destaca. “De forma geral, a USP tem tido uma liderança na área de IA há décadas quando consideramos o panorama nacional”.

Osório comenta que a Inteligência Artificial é algo que já está presente: “Na vida acadêmica, a IA tem contribuído na busca, organização e mesmo na produção de conteúdos, que ajudam no dia a dia dos alunos, professores, funcionários e pesquisadores em geral”.

Segundo ele, a Ciência de Dados baseada em IA, com o big data, os sistemas de análise de dados, de previsão, de classificação e de organização de dados, são considerados como praticamente indispensáveis para a realização de boas pesquisas. “Fazer ciência tem uma forte relação com ‘dados e observações’, e a

IA está diretamente relacionada com o tratamento, análise e interpretação de informações e de dados”, destaca.

“Pode automatizar tarefas, otimizar processos, criar modelos de previsão e análise de dados, e muito mais do que isso, contribuindo, assim, para ‘ampliar’ as capacidades de produção e produtividade humana, e inclusive, pode ampliar nossa capacidade de geração e interpretação de novos conhecimentos”, enfatiza Osório.



# MÃES À LUTA

DANI ALVARENGA [REPORTAGEM]

Eu me lembro de brincar com minhas bonecas aos pés da minha mãe, enquanto ela estudava para a faculdade. Sou filha de uma mulher que deu à luz muito jovem, com apenas 20 anos. A graduação era mais que um sonho, era uma necessidade para ela poder me sustentar. Por isso, quando soube que a Universidade de São Paulo tinha o “Bloco das Mães”, no qual mulheres que estudam na instituição moram com seus filhos, me pareceu que finalmente as faculdades, ou pelo menos a USP, estavam entendendo que não podiam ser ambientes excludentes.

Com a proximidade do Dia das Mães, pensei em como aquele espaço é simbólico. A comemoração não é apenas sobre presentes, mas também é uma forma de lembrar todas as lutas que uma mulher precisa enfrentar para garantir os direitos dos seus filhos. Ter uma residência dentro da universidade seria menos uma batalha. Mas logo percebi que o buraco era mais embaixo – e ficava do lado das rachaduras, vizinho às infiltrações. Apesar da moradia ser uma conquista social, havia muito abandono. “Não existe Dia das Mães, não existe cartazes falando sobre isso no campus, não existe sequer um parabéns, para ser sincera. Nunca passaram aqui para fazer uma ação coletiva com as mães e as crianças. Eu saio daqui esse ano sem ver sequer uma atitude de reconhecimento e generosidade em relação à maternidade na USP”, me explicou Cintia Silva, de 34 anos, mãe de uma menina de 11 anos.

Cintia se mudou para um apartamento nos Conjuntos Residenciais da USP (CRUSP) após fazer transferência externa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em Campinas. Lá, ela enfrentou dificuldades, uma vez que não há moradia para as mães. Além disso, por ser natural da Bahia, não estava acostumada com o frio paulista. “Minha filha pegou uma pneumonia e quase morreu. Eu vim do nordeste, não sabia que existia uma roupa certa para não passar frio. Se continuasse daquele jeito, a gente não tinha condições nem de sobrevivência”, relatou Cintia.

Ela descobriu que a USP era a única instituição no Brasil que oferecia uma moradia para as

mães. Cintia viu na faculdade a oportunidade de dar melhores condições para si e para sua filha. “Quando eu cheguei aqui, era tanta felicidade, eu olhava para o céu, para as árvores e só agradecia. Eu lembro de ver carrapato pulando nas paredes e pensar ‘ai, isso é o de menos, eu resolvo’”. Esse relato da Cintia resume bem o que o CRUSP representa para tantas famílias: uma chance de sobrevivência.

Os blocos de moradia do CRUSP ficam ao lado do bandeirão central da instituição. Um longo corredor une os prédios em que os alunos habitam, que são distinguidos por letras. O Bloco das Mães é o A, o mais isolado de todos. Ao andar até lá, eu só ouço meus passos. A comum sinfonia de conversas que cercam o restaurante universitário fica para trás. O primeiro sinal que vejo de que aquele lugar pode ser ocupado por mais do que jovens adultos é um carrinho de bebê guardado debaixo das escadarias do bloco B. Esse ainda não é o local destinado para as mães, mas eu já sabia que algumas famílias precisaram ficar em residências comuns.

“Há mães em outros blocos também. A quantidade de moradias não é suficiente. Elas têm que dividir apartamento, porque lá eles não colocam um [apartamento] só para as mães”, informou-me

Yuli Torres, de 33 anos. Ela mora no CRUSP desde 2021, com sua filha de 5 anos. A conversa com Yuli me preparou para um cenário já conhecido nas moradias da USP: depredação e falta de assistência. Ocupado por 12 famílias, as construções são mais preparadas para acomodar crianças, mas possuem diversos outros problemas de estrutura. No meu caminho para visitar o local, consigo ver infiltrações por uma ampla janela.

Thais Ananda Gouvêa, de 29 anos, se mudou para o Bloco das Mães em 2021, após conseguir a guarda da sua sobrinha de 5 anos. Ela já morava no CRUSP e, por isso, me relatou a diferença entre os apartamentos. “É bom porque você não precisa morar com outros moradores, eu morei com três pessoas no bloco D. Mas, por outro lado, lá [Bloco das Mães] a estrutura física é pior do que a dos outros blocos comuns. Eu tenho problema de rinite, porque tem mofo, também tenho que lidar com cupim. Atrás tem uma floresta, e só agora conseguimos cortar o mato, lá tem muita aranha e formiga”, afirmou a estudante. Realmente, quando chego na lateral do bloco A, me deparo com uma pequena floresta, com pouquíssima iluminação. Sinto um cheiro esquisito de dejetos. Olho para o chão e, perto da entrada

da moradia, vejo um bueiro com a tampa quase destruída.

Decido entrar no bloco e sigo em direção a um corredor no térreo. Além das infiltrações, há também rachaduras e buracos nas paredes. Vou em frente e vejo a cozinha, percebo os problemas que já tinha ouvido: há apenas 2 mesas e um único fogão antigo para as 12 famílias. “A cozinha sempre está cheia, e você quer ganhar tempo, não ficar o dia inteiro cozinhando”, explicou Yuli Torres. Apesar de ser permitido levar as crianças para comer nos bandejões, nem todas as mães conseguem fazê-lo. Isso porque é necessário colocar o nome dos filhos em uma lista para que o acesso seja liberado, porém ela é atualizada com pouca frequência.

“Estou com problemas com a lista da minha filha no restaurante. Estou esperando mais de dois meses e, até agora, nada”. Yuli Torres parou de frequentar o bandeirão após passar por uma situação incômoda. Ela e sua filha pegaram suas bandejas para comer, se serviram e, na metade da refeição, uma funcionária as interrompeu. “Ela começou a gritar que minha filha não estava na lista de acesso, logo não tinha direito de pegar uma bandeja, não tinha direito de comer. Eu passei por um constrangimento”, relatou Yuli. Ela já enviou o nome de sua filha para a assistência social, mas nada foi resolvido. “Tem outras mães que estão passando por isso. É um abandono”.

Yuli não estava exagerando. No fim da minha visita ao local, descubro: o chamado “Bloco das Mães” é, na verdade, só aquele pequeno corredor no primeiro andar. Esse é o espaço que a USP disponibiliza para as mães universitárias. Entendo, finalmente, o que Cintia Silva quis dizer quando me relatou: “Viver o Dia das Mães no CRUSP é como viver todos os outros dias aqui: uma eterna luta. Viver no CRUSP é uma resistência muito grande, você resiste às condições de insalubridade, de subsistência e, digo mais, de desespero, porque você tem uma responsabilidade com a sua criança”.



[1]